

PEDIDO INSCRIÇÃO DE PARCELAS AGRÍCOLAS

(ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 12/2023, de 24 de fevereiro de 2023)

....., titular do cartão de cidadão n.º, válido até, e do número de identificação fiscal, residente na, em, freguesia de....., no concelho de, na qualidade de comproprietário, na proporção de (1/2; 1/4; 1/8, etc) do prédio composto de (*ex: terra de sementeira com oliveiras; pinhal; terra de cultura de milho*), inscrito na matriz sob o artigo, sito em....., freguesia, concelho de.....,

solicita, ao abrigo do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 12/2023, de 24 de fevereiro de 2023, a inscrição das seguintes parcelas agrícolas, pertencentes ao referido prédio, no sistema de identificação parcelar (iSIP), para efeitos de candidatura e atribuição de apoios no âmbito da atividade agrícola:

- a)
- b)
- c)

Declara, para o efeito, que recorre a esta forma excecional de inscrição das parcelas dado que não lhe foi possível obter a “Autorização de Bem Comum” assinada pelos restantes comproprietários porque (indicar o motivo).

Declara ainda que detém a posse, uso e gestão efetiva das parcelas agrícolas em questão, desde, conforme, juntando para o efeito os seguintes comprovativos:.....

Mais declara ter conhecimento que a prestação de falsas declarações constitui crime, punível com pena de prisão até um ano ou com pena de multa, se pena mais grave não

Ihe couber por força de outra disposição legal, de acordo com o artigo 348.º-A do Código Penal.

....., de de 2023

.....